 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 058. Processos identitários étnicos, território e tradições de conhecimento

Claudia Mura (UFAL) - Coordenador/a, Edviges Marta Ioris (Universidade Federal de Santa Catarina) - Coordenador/a, Estêvão Martins Palitot (Departamento de Ciências Sociais UFPB) - Debatedor/a, Alexandra Barbosa da Silva (UFPB) - Debatedor/a, José Maurício Paiva Andion Arruti (UNICAMP) - Debatedor/a Com objetivo de dar continuidade ao debate iniciado na ?ltima RBA, este GT pretende reunir pesquisas etnogr?ficas que focam os processos identit?rios ?tnicos e territoriais, com especial aten??o ?s din?micas da organiza??o social do conhecimento que os acompanham. Procura-se alimentar o espa?o de di?logo e an?lise sobre o gerenciamento, distribui??o e hierarquiza??o do conhecimento em diferentes contextos experienciais (hist?ricos e pol?ticos) que definem espec?ficas rela?es de poder e de modos de significa??o e elabora??o ?tnica. Nesses termos, a proposta tem como base uma abordagem gerativa e comparativa, fundamentada nos desdobramentos anal?ticos de Barth para uma sociologia do conhecimento que visa esclarecer as formas como a diferencia??o, a alteridade, ? gerada e reproduzida atrav?s de constantes fluxos culturais. Ser?o valiosas as contribui?es provenientes de investimentos emp?ricos que abordam os processos de mudan?a (sociais, pol?ticas e econ?micas), as elabora?es de cosmologias e manifesta?es simb?licas, bem como os quadros morais que orientam as experi?ncias individuais e coletivas no estabelecimento e gerenciamento das rela?es intra e inter?tnicas. Tamb?m benvindas s?o as contribui?es que abordam as unidades sociopol?ticas em diferentes escalas, como fam?lias e/ou linhagens, e que analisam a forma como as alian?as se efetivam no tempo e espa?o -extravasando ou n?o o n?vel ?tnico-, assim como as varia?es na elabora??o e sistematiza??o dos fluxos culturais.

Organização doméstica e dinâmica territorial entre os Xukuru-Kariri do agreste de Alagoas (AL)

Autoria: Wemerson Ferreira da Silva

Este work resulta de uma pesquisa de mestrado em andamento e analisa as relações entre organização doméstica e dinâmica territorial entre os Xukuru-Kariri, grupo indígena que habita um conjunto de aldeias em volta do município de Palmeira dos Índios, agreste de Alagoas. Mediante work de campo e pesquisa documental realizados entre os anos de 2016 e 2017, constatou-se que desde 1980, em virtude de conflitos envolvendo diferentes famílias, é possível observar o surgimento de novas aldeias Xukuru-Kariri nos arredores do referido município e em outros estados do país. Assim, a reflexão foca a organização e o relacionamento cotidianos dessas famílias no território, abordando as alianças, variações e conflitos que atravessam esses processos e como eles ocasionam o nascimento de novas unidades sociais e territoriais. O primeiro processo de territorialização vivenciado pela coletividade remonta ao século XVIII com a criação do Aldeamento de Palmeira dos Índios. Ele foi extinto em 1872, suscitando a dispersão forçada das variadas famílias que haviam sido reunidas no mesmo. Dessa maneira, até 1952, quando há a fundação da Aldeia Fazenda Canto e ocorre o segundo processo de territorialização das famílias indígenas presentes na região, a identidade étnica parece não ter operado como principal referencial organizativo. Relatos de interlocutores expressam que a reprodução de conhecimentos e práticas rituais, os processos de mobilidade e a própria ocupação da Aldeia Fazenda Canto aconteciam a partir de uma lógica familiar. Compondo diversos grupos domésticos, esses grupos familiares possuem específicas identidades associadas a sobrenomes, não foram

 ISBN: 978-85-87942-61-6

dissolvidos por efeito do segundo processo de territorialização e consistem nas unidades sociopolíticas mais relevantes para a organização do grupo étnico. O work, portanto, busca fornecer elementos para entender o modo como a atuação e imposições das agências do Estado têm sido atualizadas por essas famílias ao longo do tempo através da descrição e análise de três casos de conflitos intra e interfamiliares ocorridos na década de 1980 e em 2016. Isso pode nos levar a perceber outras modalidades de relacionamento com o território baseadas em princípios de organização social Xukuru-Kariri, que contrastam e chegam a subverter os limites e lógicas territoriais impostos pelo Estado caracterizados pela centralização e fixidez.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**